



Traços de Rua: A apropriação da Praça Antônio Carlos Sob o Olhar do Skate

*Street Traces:
The Appropriation of Antônio Carlos Square Under the Eye
of Skateboarding*

*Trazas de la calle:
La apropiación de la Plaza Antônio Carlos bajo la mirada
del skateboarding*

Vinícius Costa de Oliveira [*]

[*] Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF), com bolsa CAPES. Possui licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: viniciuscosta.oliveira@estudante.ufjf.br

Resumo: Este trabalho investiga a Praça Antônio Carlos, em Juiz de Fora (MG), como território de apropriação e ressignificação através do skate. Analisa-se o papel da Associação Juizforana de Skate (AJS) na construção da primeira pista da cidade, evidenciando o deslocamento semântico entre skate como prática cultural e esportiva. Embora a institucionalização tenha possibilitado conquistas materiais, ela também tensiona a dimensão lúdica e transgressiva da prática. Com base em registros audiovisuais, documentais e narrativas orais, o estudo mostra que a natureza elástica do skate permitiu a apropriação de diferentes elementos da praça, produzindo memórias coletivas e novas formas de sociabilidade urbana. Conclui-se que o skate atua como instrumento de ressignificação da Praça Antônio Carlos, revelando o potencial criativo e contestatório da prática frente às regulações e projetos urbanos

Palavras-chave: Skate; Espaço Público; Juiz de Fora.

Abstract: This study investigates Praça Antônio Carlos in Juiz de Fora (MG, Brazil) as a site of appropriation and redefinition through skateboarding. It examines the role of the Juizforana Skateboarding Association (AJS) in the construction of the city's first skatepark, highlighting the semantic shift between skateboarding as a cultural practice and as a sport. While institutionalization enabled material gains, it also constrained the playful and transgressive aspects of the practice. Based on audiovisual records, documents, and oral narratives, the study shows that the elastic

nature of skateboarding allowed the appropriation of various elements of the square, producing collective memories and new forms of urban sociability. Skateboarding is thus understood as a tool for re-signifying Praça Antônio Carlos, revealing the creative and subversive potential of the practice in the urban context.

Keywords: Skateboarding; Public Space; Juiz de Fora.

Resumen: Este estudio investiga la Praça Antônio Carlos en Juiz de Fora (MG, Brasil) como un espacio de apropiación y resignificación a través del skate. Se analiza el papel de la Asociación Juizforana de Skate (AJS) en la construcción del primer skatepark de la ciudad, destacando el desplazamiento semántico entre el skate como práctica cultural y como deporte. Aunque la institucionalización permitió logros materiales, también tensionó los aspectos lúdicos y transgresores de la práctica. A partir de registros audiovisuales, documentos y narrativas orales, se muestra que la naturaleza elástica del skate permitió la apropiación de diversos elementos de la plaza, generando memorias colectivas y nuevas formas de sociabilidad urbana. El skate se entiende así como herramienta de resignificación de la Praça Antônio Carlos, revelando su potencial creativo y subversivo en el contexto urbano.

Palabras clave: Skateboarding; Espacio Público; Juiz de Fora.

Introdução

A presença dos/das skatistas nas ruas da cidade de Juiz de Fora (MG) constitui em uma experiência marcada por constantes negociações, conflitos e intervenções no espaço público. O skate, em suas diversas modalidades - *park, bowl, freestyle, downhill e street* - não se restringe apenas ao esporte, mas configura-se como uma prática capaz de ocupar, apropriar e ressignificar elementos da cidade, subvertendo criativamente sua função e usos originalmente planejados. O skate de rua (*street*), foco deste estudo, destaca-se por sua capacidade de transformar elementos cotidianos, como bancos, escadas e corrimões, em obstáculos para a realização de manobras e constituição de sociabilidades.

Por essa razão, a prática do skate em ruas, praças e calçadas frequentemente assume um caráter marginal e/ou clandestino, tornando-se alvo de vigilância e repressão. Uma de suas características fundamentais, e que o define enquanto uma prática cultural urbana, é o uso compartilhado do espaço urbano com diferentes tipos de usuários. Como observa Raphaël Zarka (2011)

O skate compartilha seu espaço de jogo com aqueles que não o praticam, isto é, com aqueles que não jogam. Essa é uma de suas características mais salientes. Isso não ocorre sem um impacto em nossa

vida cotidiana e, frequentemente, o skate é reprovado justamente por essa permeabilidade (Zarka 2011, 118 - tradução nossa).

Essa experiência fugaz e ziguezagueante pelas superfícies do urbano (Machado 2021) se manifesta na medida em que *picos*¹ são descobertos, explorados e (re)interpretados. Nesse processo, os/as skatistas desenvolvem um olhar particular sobre o tecido urbano, filtrando e ressignificando, por meio do “*olhar skatista*”², elementos cotidianos a partir de sua prática. Entretanto, se por um lado essa atitude é valorizada e acolhida entre certos/as praticantes, por outro, a prática do skate de rua pode gerar incômodos e tensões entre os demais usuários do espaço público. Giancarlo Machado (2021) enfatiza que

[...] a prática do skate de rua é intrusiva, produz barulho, traz danos a propriedades e, não obstante, põe em risco a integridade física de pedestres. Malgrado esses aspectos que a associam a algo marginal, os skatistas – homens, jovens, oriundos de classes populares e médias em sua maioria –, quando em ação também colocam em xeque determinados ordenamentos esperados por planejadores urbanos. (Machado 2021, 2)

A circulação e a presença dos/as skatistas no espaço público representam uma interferência que participa na reconfiguração dos usos e sentidos da cidade contemporânea (Caldeira 2012). Ao disputar o espaço urbano, esses/as sujeitos/as, frequentemente classificados/as como indesejáveis, não apenas inserem novos modos de habitar e experimentar a cidade, mas também colocam em evidência os conflitos que atravessam o espaço público. De acordo com Sandra Pesavento (2004)

A cidade personifica a lei, a regra, o Estado, a vontade geral, a esfera do público, a submissão do indivíduo diante do poder que representa, simbolicamente, o interesse coletivo. A vida em comum impõe suas regras e a transgressão deve ser punida de forma exemplar para ter o efeito do acatamento à ordem. (Pesavento 2004, 167)

No âmago destas disputas, revelam-se processos de enobrecimento, higienização, controle e mercantilização dos centros urbanos, nos quais determinadas práticas são incentivadas e valorizadas, enquanto outras são marginalizadas e /ou criminalizadas. O skate, nesse contexto, explicita uma fronteira elástica, pois quando praticado nas ruas é frequentemente reprovado e alvo de repressão, tanto por órgãos institucionais, quanto por outros/as transeuntes, enquanto, quando

¹ Pico é uma categoria nativa do skate e é utilizado para descrever os locais ou equipamentos da cidade que são utilizados de maneira transgressiva tanto para realizar manobras, quanto para socialização. Machado (2017) explica que “a fim de categorizar não apenas um equipamento isolado, mas espaços que contemplam inúmeros deles, além de propiciarem a prática em seu âmbito, também favorecem a formação, ampliação e manutenção de redes de sociabilidades entre os usuários que compartilham de gostos e experiências parecidas.” (Machado 2017, 65)

² O “*olhar skatista*”, de acordo com Giancarlo Machado (2011) pode ser compreendido como uma verdadeiro referencial de leitura da cidade, que orienta as práticas dos/das skatistas e redefine o sentido, e o uso, atribuído aos espaços e equipamentos urbanos. Sob essa perspectiva, elementos arquitetônicos cotidianos ganham novas funções: um corrimão, que convencionalmente serviria apenas como apoio para quem utiliza uma escada, transforma-se em uma superfície para realizar manobras; da mesma forma, a escada deixa de ser apenas um meio de transição entre níveis diferentes e passa a constituir-se em um obstáculo a ser desafiado e superado sobre o skate.

confinado a áreas reservadas e “adequadas”, como em pistas de skate, tende a ser legitimado e incentivado pelo poder público.

É nesse cenário entre tensões e permissões que se insere a Praça Antônio Carlos, no centro da cidade de Juiz de Fora. Criada em 1934 como parte de um projeto de modernização e embelezamento urbano idealizado pela elite industrial, a praça passou por quatro grandes transformações ao longo de sua história, cada uma delas refletindo concepções distintas de espaço público e cidade.

A reforma de 2002 representou um momento significativo para o skate em Juiz de Fora, ao introduzir a primeira pista de skate da cidade em um de seus espaços mais centrais. No entanto, a construção da *miniramp da PAC* - como ficou popularmente conhecida entre os/as skatistas - não significou o reconhecimento da potência criativa do skate de rua, mas sim a cooptação da prática pelo poder público, ao confiná-la a um espaço delimitado e, portanto, passível ao controle e ordenamento.

Conforme observa Lefebvre (2006), o espaço urbano produzido pelo Estado e pelo capital é estruturado por uma ordem e por uma racionalidade funcional, que reduz a cidade a um sistema de controle e disciplina. Essa racionalidade, contudo, nunca se apresenta de forma absoluta, pois persistem dimensões do vivido e do uso que escapam à tentativa de homogeneização total. Nesse contexto, a resistência à tentativa de domesticação/homogeneização dos corpos e da prática do skate, manifesta-se quando os/as skatistas extrapolam os limites impostos pela *miniramp* e apropriam-se de outros elementos da praça - como bancos, canteiros, palco e monumentos históricos - para praticar, subvertendo o uso do espaço planejado.

A praça passou por uma nova reforma, em 2022, sob a justificativa de uma “requalificação do espaço” - termo que, no âmbito das políticas públicas, frequentemente opera como um eufemismo para processos de higienização social e mercantilização de áreas centrais - que resultou na demolição da pista de skate. No entanto, a retirada da pista não implicou a eliminação dos/as skatistas do espaço. Ao contrário, a permanência dessa prática no novo espaço da Praça Antônio Carlos apenas reafirmou o skate de rua enquanto um gesto de resistência e instrumento político de disputas materiais, e simbólicas, pelo espaço público, evidenciando que a cidade não se restringe apenas aos projetos formais de planejamento urbano, mas é continuamente (re)interpretada pelas vivências e (re)apropriações de seus habitantes.

Assim, a Praça Antônio Carlos configura-se como um território de tensões, no qual se confrontam, de um lado, iniciativas e projetos de ordenamento e disciplinarização do espaço - e dos corpos que o habitam - e, de outro, práticas que exercem o uso cotidiano do espaço público em sua

diversidade, inventividade e insurgência. O objetivo deste artigo é, portanto, analisar como o skate, enquanto uma prática cultural urbana, atua na ressignificação da Praça Antônio Carlos e evidência as disputas entre projetos oficiais de cidade e os usos insurgentes que emergem de sua apropriação cotidiana, assim como processos de segregação, higienização e mercantilização do espaço público.

Antecedentes históricos e transformações

Atualmente, a Praça Antônio Carlos configura-se como um dos principais polos culturais de Juiz de Fora, tanto pela sua localização estratégica quanto pela diversidade de usos que abriga. Essa centralidade, entretanto, é fruto de um longo processo de transformações históricas, no qual diferentes projetos urbanísticos, interesses políticos e práticas sociais se cruzam. Desde sua concepção, vinculada ao processo de modernização da cidade, a praça foi convertendo-se em um espaço de representação de poder, a partir de práticas de higienização e embelezamento, e da memória de um seleto grupo da elite juizforana, mas também, posteriormente, transformou-se em palco de apropriações cotidianas que, em certa medida, questionam essa centralidade elitista ao inscreverem memórias e práticas de grupos socialmente excluídos no centro deste espaço.

O núcleo histórico do Largo da Alfândega, onde atualmente encontra-se a Praça Antônio Carlos, teve sua conformação iniciada por volta de 1893, em decorrência da construção do prédio da Alfândega Ferroviária do Estado, sendo o último espaço a se consolidar no centro urbano de Juiz de Fora³. De acordo com os registros do antigo IPPLAN (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Juiz de Fora), os elementos que delimitam a área do antigo Largo da Alfândega correspondem a antiga fábrica de Tecidos Bernardo Mascarenhas (atual Centro Cultural Bernardo Mascarenhas), ao edifício da antiga Alfândega Ferroviária (atual 4º Departamento de Suprimentos do Exército), ao prédio da antiga construtora Pantaleone Arcuri (atual Associação Municipal de Apoio Comunitário), à antiga Companhia Mineira de Eletricidade (atual CEMIG) e ao prédio da Escola Normal (Duque 2019).

A conformação do Largo da Alfândega esteve vinculado tanto ao processo de industrialização, resultado direto da inversão do capital agrário para setores urbano-industriais ainda no final do século XIX (Barros 2008), quanto ao processo de modernização de Juiz de Fora a partir de políticas públicas, cujo objetivo era organizar e embelezar o centro da cidade para “o bem viver

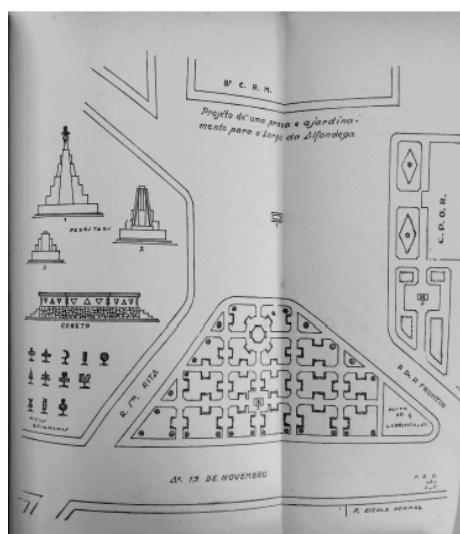
³ A Prefeitura de Juiz de Fora, por meio do Decreto nº 17.025, de 23 de janeiro de 2025, estabeleceu oficialmente a delimitação do Centro Histórico da cidade. O texto integral encontra-se disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=126353#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2017.025%2C%20de%202023.novembro%20de%201937%2C%20no%20inc.

de uma elite poderosa e em sintonia com as modernas noções de higiene, planejamento urbano, transporte, cultura e segurança.” (Goodwin Jr. 1997, 126).

O processo de embelezamento do centro de Juiz de Fora revela lógicas da produção capitalista de produção do espaço urbano, onde a cidade é concebida e qualificada como uma mercadoria (Vainer 2002). Ao imprimir à cidade uma imagem de modernidade, inspirada nos moldes europeus do século XIX, executa-se a produção de um *espaço concebido* (Lefebvre 2006). Trata-se, portanto, de um espaço pensado e planejado pelas elites, estruturado a partir de estratégias apresentadas como neutras e apolíticas, mas que asseguram a reprodução do capital, a manutenção e aprofundamento da desigualdade social, assim como, o ordenamento e o controle social.

As intervenções realizadas durante a gestão de Menelick de Carvalho (1933 - 1936), em especial as obras de canalização do Córrego Independência e calçamento das vias que compunham o espaço, viabilizaram a construção de uma praça pública no centro do antigo largo. A transformação do local foi celebrada pelo poder público como um marco de modernização urbana, conforme registra o Relatório da Prefeitura de Juiz de Fora de 1934, que descrevia a execução de um projeto de “magnífica transformação”, com a instalação de pedestais ornamentais, bancos de pedra plástica e do “ajardinamento de uma grande área (...)” com objetivo de “querer-se metamorfosear por completo o aspecto daquele local” (PJF 1934, 37 apud Teixeira 2017, 146).

Figura 1. Projeto de construção de uma praça e ajardinamento no Largo da Alfândega em 1933.



Fonte: Duque 2019, 190.

Na análise de Gravagnuolo (1998),

A lógica dos embelezamentos, voltada para intervenções específicas de requalificação do tecido urbano, e a estratégia de serviço, fundada na disseminação equilibrada de instituições públicas, são

substituídas pela ideia moderna de metrópole, entendida como uma máquina urbana na qual a rede de infraestrutura (de ruas e equipamentos) assume uma preeminência hierárquica sem precedentes. A arquitetura é firmemente subordinada à predominância do traçado viário; os monumentos do passado, escolhidos como pontos focais para perspectivas, são, em última análise, reduzidos à condição de trágicos isolados, reciclados como signos visuais em uma paisagem metropolitana radicalmente renovada. (Gravagnuolo 1998, 38)

A praça tornou-se, então, a expressão da cidade moderna, edificada através da linearidade do traçado de suas ruas, da higienização de seu espaço e da circulação racionalizada de mercadorias e pessoas. Portanto, Entre 1934 e 1968, a praça manteve seu traçado e função original, sofrendo apenas intervenções pontuais de manutenção em seus jardins (Teixeira 2017).

Figura 2. Obra de construção da Praça Antônio Carlos em 1933



Fonte: Prefeitura De Juiz De Fora, *Juiz de Fora e sua administração em 1933*, 36. Em Teixeira 2017, 147.

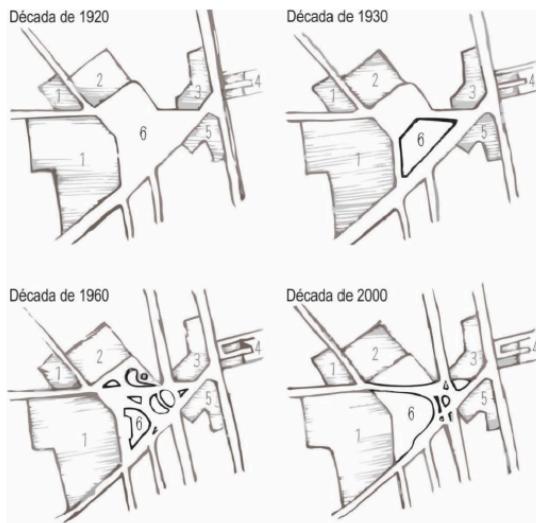
Figura 3. Praça Antônio Carlos em 1939



Fonte: Maurício Resgatando o Passado. Praça Antônio Carlos e Escola Normal. Foto nº 170, s.d.
<https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/search/label/Pra%C3%A7a%20Ant%C3%B4nio%20Carlos%20e%20Escola%20Normal>

Em 1968, entretanto, durante a gestão de Itamar Franco (1967-1970), obras para abertura da avenida Independência (atual avenida Itamar Franco) modificaram radicalmente o traçado e a função da praça, convertendo-a em um *carrefour*⁴ destinado à circulação de automóveis. A mídia local destacou a obra como marco do progresso do plano de “remoçar Juiz de Fora” (A NOVA JF, maio 1968, 39).

Figura 4. Transformações do espaço da Praça Antônio Carlos ao longo do tempo⁵



Fonte: Duque 2019, 112.

Com a implementação das novas demandas de circulação viária, a praça foi radicalmente alterada para que o fluxo contínuo de veículos pudesse ser atendido, sendo reduzida a um espaço de passagem, meramente cenográfico. Essa intervenção evidencia a consolidação de um projeto urbano centrado na circulação automobilística, no qual os espaços públicos são progressivamente subordinados à malha viária. Nesse contexto, Caldeira (2007) observa procedimentos de esvaziamento das praças, cujas características tradicionais são perdidas diante da implementação de planos viários e da construção de grandes estruturas de circulação, como viadutos, passarelas e eixos rodoviários, sendo a praça reduzida a um espaço cenográfico de composição estética.

⁴ Segundo Júnia Marques Caldeira (2007), “O elemento da praça é utilizado como um importante recurso funcional. Inserida nos cruzamentos de vias e ruas, a praça representa um elemento de composição estética: lugar de passagem denominado *carrefour*. É espaço importante, na medida em que articula o sistema viário e nele se integra, porém, não pensada como lugar de convivialidade. Não desempenha função social, representa apenas um entroncamento importante do sistema viário: um elemento estético e funcional de articulação de ruas e avenidas da cidade tradicional.” (Caldeira 2007, 241)

⁵ De acordo com a figura acima, os números correspondem aos seguintes edifícios: 1) Fábrica de Tecidos Bernardo Mascarenhas; 2) Alfândega Ferroviária do Estado; 3) Construtora Pantaleone Arcuri; 4) Companhia Mineira de Eletricidade; 5) Escola Normal; 6) Praça Antônio Carlos

Dessa forma, ruas e praças passam a assumir funções distintas das observadas no século XIX: as ruas tornam-se predominantemente locais de circulação e deslocamento, enquanto as praças são reconfiguradas como elementos de articulação do sistema viário, desprovidas de função social.

Figura 5. Praça Antônio Carlos em 1969



Fonte: Maurício Resgatando o Passado. *Praça Antônio Carlos* – 1ª foto. Foto nº 168, 2016.

<https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/07/praca-antonio-carlos-1-foto.html>

Durante mais de três décadas, a Praça Antônio Carlos permaneceu como um espaço de passagem, desprovida de funções sociais significativas, servindo prioritariamente como uma rotatória. Contudo, a partir do início dos anos 2000, mudanças expressivas no campo das políticas patrimoniais de Juiz de Fora (Almeida 2012) possibilitaram a reconfiguração de seu espaço. Nesse contexto, a transformação da antiga Fábrica de Tecidos em Centro Cultural Bernardo Mascarenhas (CCBM)⁶ se constituiu em um marco, articulando-se tanto ao movimento de patrimonialização e preservação do patrimônio histórico quanto à mobilização social do grupo “Mascarenhas, Meu Amor”⁷, que permitiram a reestruturação da Praça Antônio Carlos em um polo cultural. Em 31 de maio de 2000, o Espaço Mascarenhas foi oficialmente convertido em centro cultural, e, juntamente com a Praça Antônio Carlos, tornou-se um “local de cultura na cidade” (Almeida 2012, 198).

⁶ O Centro Cultural Bernardo Mascarenhas reaberto em 2000 abriga o Espaço Mascarenhas, local destinado a produções culturais, exposições e eventos, a Biblioteca Municipal Murilo Mendes e o Mercado Municipal.

⁷ Para mais informações, ver: Fabiana Aparecida Almeida, *Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através de manifestações populares na década de 1980* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012), Programa de Pós-Graduação em História, Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1619>

Figura 6. Projeto de revitalização da Praça Antônio Carlos em 2002



Fonte: Leite 2008, 177.

Posteriormente, em 17 de julho de 2002, a praça foi inaugurada com o traçado modificado, mantendo a rotatória fora de seu perímetro. No local, foram instalados pisos de alta resistência, um palco, banheiros públicos, um posto policial e, o que mais importa para este trabalho, uma pista de skate. O projeto de revitalização da praça, documentado pelo jornal Tribuna de Minas em 2001 (Leite 2008), evidencia a intenção da PJF era transformar o antigo espaço de passagem em um lugar de permanência, sociabilidade e integração cultural no centro da cidade de Juiz de Fora.

A revitalização da Praça Antônio Carlos permite observar a reversão de processos de esvaziamento e instrumentalização do espaço público, observados desde a intervenção de 1968, a qual refletia práticas urbanísticas alinhadas à lógica da ditadura civil-empresarial-militar, voltadas para o controle social e a limitação à encontros públicos.

Entretanto, essa revitalização não ocorre sem contradições e tensionamentos. Observa-se o entrelaçamento da Praça Antônio Carlos em dinâmicas mais amplas de desvalorização-revalorização de espaços públicos já consolidados, características dos atuais modelos de planejamento e gestão de cidades. Nesse processo, práticas de revitalização atuam como mecanismos de aproveitamento do espaço público, não apenas para fins de sociabilidade, mas sobretudo para a produção de eventos orientados ao consumo, espetacularização e à atração de fluxos econômicos. Como aponta Ana Fani Carlos (1999 *apud* Santos 2020, 25)

A cidade passa a possuir objetos e lugares (monumentos, vias, parques, fragmentos revitalizados etc.), que servem quase que exclusivamente para atrair outros valores (investimentos privados, turismo etc.) ao seu entorno, evidenciando também o fato de que as atividades de turismo e lazer, em sua contínua criação de lugares visuais e atraentes, criam novas centralidades, redimensionam os fluxos de pessoas, em um movimento orientado pela informação e pelo marketing que completa a mercadificação do espaço (Carlos 1999 *apud* Santos 2020, 25)

Assim, ao mesmo tempo em que promove-se a centralidade cultural da praça, reforça-se uma lógica de fragmentação do espaço urbano, em que a convivência é reconfigurada segundo parâmetros de controle e mercantilização. A criação de um polo cultural na Praça Antônio Carlos, portanto, ilustra um tensionamento entre um espaço de sociabilidade e práticas sociais e sua subordinação às lógicas de consumo e controle. É nesse contexto de disputas que se insere a atuação dos/as skatistas, cuja presença na praça através da criação da pista de skate configuram uma intervenção/ocupação capaz de ressignificar o espaço e tensionar as formas de ocupação oficialmente planejadas.

Associação Juizforana de Skate e a *miniramp* da “PAC”

Nos finais da década de 1980 e início dos anos 1990, o skate em Juiz de Fora experimentava um crescimento vertiginoso, e sua prática nas ruas tornou-se tanto uma resposta à ausência de espaços “apropriados”⁸ quanto uma maneira de ocupar e ressignificar a cidade. Os/as praticantes apropriaram-se das ruas e de seus equipamentos - como bancos, escadas, canteiros, corrimões, etc - para realizar manobras e encontros cotidianos, frequentemente gerando conflitos com forças policiais e transeuntes, sobretudo nas áreas centrais, historicamente reguladas por normas de uso consideradas adequadas.

Os *rolês* de skate pelo centro da cidade constituíam-se em verdadeiras peregrinações em busca de *picos*. Para esses/essas skatistas, a cidade configura-se em um território de “mobilidade, experimentação, lazer e risco” (Caldeira 2012, 59), no qual elementos arquitetônicos - como bancos, corrimões e escadarias - são deslocados de sua utilidade planificada e reinterpretados em uma lógica de uso orientada pela experimentação corporal e para realização de manobras.

Apesar de circularem por diferentes pontos da cidade, alguns *picos* tornaram-se recorrentes no cotidiano dos/as skatistas, devido às possibilidades de apropriação, como a escadaria do Cine Theatro Central, a praça cívica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, em especial, o espaço em frente à Escola Normal - situado entre a rua Espírito Santo e a avenida Getúlio Vargas. Este último destacou-se devido a presença de asfalto liso e equipamentos urbanos como meio-fio, quebra-mola e tampas de bueiros, que, ao serem apropriados e ressignificados, converteram-se em obstáculos para a realização de manobras. Progressivamente, caixotes, rampas e corrimões foram

⁸ O termo “apropriado” aparece entre aspas para indicar que, na época, não existiam locais formalmente destinados à prática do skate em Juiz de Fora, como pistas de skate. A ideia de espaço “apropriado” refere-se à perspectiva institucionalizada da prática, ou seja, locais projetados e reconhecidos oficialmente pelo Estado e/ou Prefeitura para a prática do skate.

construídos de forma independente pelos/as skatistas, ampliando as possibilidades de prática e consolidando o *pico* do “Normal” como um espaço do skate e de sociabilidade.

Figura 7. Skatistas no *pico* do “Normal”



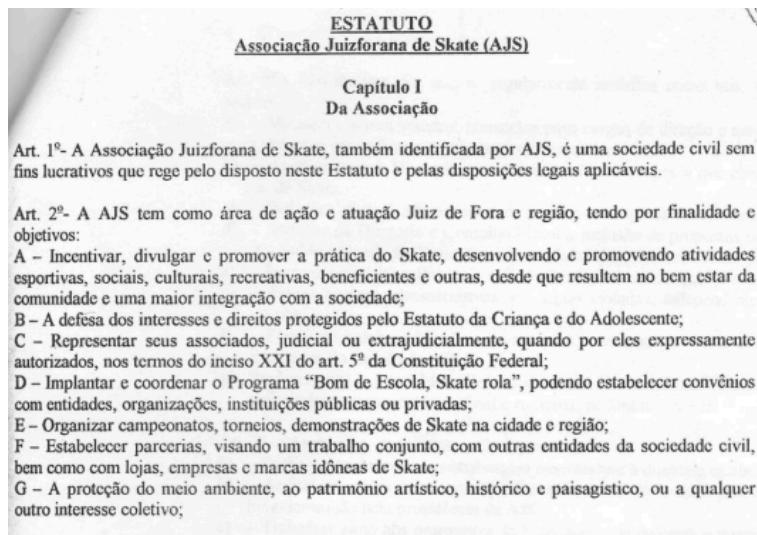
Fonte: Associação Juizforana de Skate. *Fluid Sessions*. YouTube video, 2015.

<https://www.youtube.com/watch?v=1togOR92xyc>

O processo de apropriação do *pico* do “Normal” evidencia a constituição de vínculos afetivos e sensibilidades que ultrapassam a mera funcionalidade do espaço urbano, revelando o papel dos/as skatistas enquanto agentes ativos na disputa, intervenção e ressignificação do espaço público (Machado 2017).

Apesar da consolidação do *pico* do “Normal” como um espaço de referência para o skate em Juiz de Fora, sua apropriação foi marcada por sucessivas repressões e apreensões de obstáculos e skates pela polícia. Nesse contexto, no início de 1999, a partir da conexão dos skatistas e do vereador Gabriel Rocha (PT) foi criada a Associação Juizforana de Skate (AJS), com o objetivo de assegurar os direitos destes skatistas e conquistar melhorias para a prática na cidade.

Figura 8. Estatuto da Associação Juizforana de Skate (1999)



Fonte: Acervo Associação Juizforana de Skate

A fundação da AJS representa a institucionalização e esportivização de uma prática cultural que historicamente operava na clandestinidade, e na ocupação informal do espaço urbano, na tentativa de conquistar direitos e espaços “apropriados” para a prática, a fim de minimizar a repressão que o skate vinha sofrendo por parte da polícia. No entanto, a criação da associação também inaugurou uma zona ambígua entre resistência e transgressão, entre autorização e insurgência. Como salientado por Giancarlo Machado (2017), a prática do skate está sujeita tanto a criminalização quanto a intervenções institucionais que buscam controlar apropriações realizadas pelos/as praticantes. Embora reconhecidas as potencialidades do skate, tais ações tendem a enfatizar apenas seu caráter esportivo, obliterando dimensões consideradas incômodas e tornando a prática mais assimilável a políticas públicas e investimentos.

Nesse contexto, a resistência que expressava-se nas ruas de Juiz de Fora - marcada pela ocupação clandestina dos *picos* - passou a operar agora em um território mediado, regulado e legitimado pelo poder público. Surge, portanto, um ponto cego: até que ponto a institucionalização do skate de rua compromete ou transforma sua natureza insurgente na cidade? A AJS, ao intermediar relações entre skatistas e poder público, transforma o skate em um instrumento de negociação e mediação, deslocando sua insurgência para espaços controlados, ao mesmo tempo em que possibilita a conquista de pistas. Essa ambivalência revela a complexidade de uma prática, no qual coexistem dimensões culturais, esportivas e políticas, configurando um campo de tensão entre a liberdade de apropriação urbana e a normatização institucional.

A primeira conquista da AJS, em termos de espaço, foi a construção da *miniramp* da Praça Antônio Carlos, marco que evidencia seu papel na mediação entre os/as skatistas e o poder público,

articulando reivindicações históricas pela construção de pistas de skate na cidade. Contudo, essa estratégia baseou-se em um deslocamento semântico, enquadrando o skate como uma prática esportiva. Embora tal redefinição tenha possibilitado conquistas materiais e ampliado o acesso a espaços “adequados”, também implica na adaptação de códigos e valores que enfraquecem o caráter lúdico e transgressor do skate. Esse movimento reduz a potência cultural do skate de rua, característica da prática em Juiz de Fora, inserindo-o em uma racionalidade disciplinar e em um projeto de cidade moderna, no qual determinadas práticas só podem existir quando circunscritas a lugares planejados e controlados.

Figura 09. Miniramp da Praça Antônio Carlos



Fonte: Associação Juizforana de Skate. Pista de skate em Juiz de Fora. Foto 07, 2009.
<https://ajsjuizdefora.wiki.zoho.com/Foto-07-1.html>

Nesse contexto, a existência de um espaço formal para a prática representou não apenas uma conquista material, mas também uma mudança significativa nas condições do skate na cidade. Entretanto, apesar da tentativa de esportivização como estratégia do poder público para conter usos considerados inadequados do espaço público, a prática do skate não se limitou às regras reunidas pela *miniramp* sendo a apropriação da Praça Antônio Carlos muito mais ampla e diversa do que aquela formalmente estabelecida.

Nesse sentido, Chiu e Giamarino (2019) asseveram que

O skate é visto como uma subcultura subversiva, digna de regulamentações excludentes, pois os skatistas utilizam predominantemente objetos, materiais e espaços para seus valores de uso. Esse uso nega a lógica da cidade empreendedora como existindo preeminentemente para servir aos fluxos globais de informação e capital (Lefebvre, 1996). Portanto, as cidades respondem ao skate fechando espaços subutilizados que os skatistas historicamente frequentaram, substituindo esses fechamentos por pistas de skate inadequadamente projetadas, porém efetivamente controladas. As cidades oferecem pistas de skate como espaços de recreação contidos, criativos, legais e espetaculares para reposicionar o skate como uma forma aceita de lazer e como um esporte compatível com imagens

urbanas remodeladas e comercializáveis (Chiu, 2009; Gamarino, 2017). Apesar dessas barreiras espaciais, os skatistas contestam e transgridem continuamente as regulamentações excludentes e as barreiras de design para se apropriarem de objetos urbanos e realizarem manobras sobre eles. (Chiu e Gamarino 2019, 3-4)

Figura 10. Skatista realizando manobra no muro de contenção da pista de skate



Fonte: Pegasus. *Vídeo Número 1*. YouTube video, 2018. <https://youtube.com/watch?v=uwJKAhvH5sw>

Apesar da existência da *miniramp*, como dito anteriormente, o skate, por sua natureza elástica e transgressiva, não se limitou à utilização da pista e apropriou-se de diversos outros elementos arquitetônicos, como canteiros e o palco, da Praça Antônio Carlos para a realização de manobras, encontros e registros. Essa capacidade de apropriação e ressignificação estende-se à produção de memórias e registros na praça. Os registros impressos e audiovisuais constituem-se em potentes fontes para a análise historiográfica, na medida em que não apenas documentam a prática cotidiana do skate em Juiz de Fora, mas também tornam visíveis os modos como essa prática se inscrevem e interferem nas dinâmicas do espaço urbano. No caso da Praça Antônio Carlos, tais registros evidenciam uma permanência singular: ainda que a praça tenha permanecido inalterada por mais de duas décadas - limitada a intervenções pontuais como a pintura do palco ou a manutenção da vegetação -, ela foi continuadamente reconfigurada pela presença ativa dos/as skatistas.

Embora as condições materiais e arquitetônicas da Praça Antônio Carlos não tenham sido originalmente projetadas para a prática do skate, o espaço foi continuamente ocupado pelos/as praticantes de Juiz de Fora ao longo dos anos. Essa ocupação foi registrada em produções

audiovisuais, como os vídeos *Pégasos Vídeo Número 1⁹* (2007), produzido pela Pégasos *skateshop* e *Singular¹⁰* (2012), do coletivo *Azimagi*, no qual os equipamentos urbanos da praça transformaram-se em *picos* para o skate. Ainda que a praça não fosse à primeira opção para prática e registros de skate, sua recorrência nos registros evidencia que o espaço foi progressivamente convertido em território de experimentação para os/as skatistas.

Nos registros posteriores, como o *DVRip¹¹* (2017), de João Victor Fouraux, e as produções do coletivo *Inconsistência¹²* (2017 - 2022), a ocupação da praça foi novamente evidenciada, sendo o palco, as bordas e o monumento em homenagem à Bernardo Mascarenhas os elementos mais utilizados entre os praticantes. Para os/as skatistas, esses equipamentos urbanos deixam de cumprir as funções originalmente planejadas pelos/as urbanistas, sendo transformados em extensão de seus corpos e constituindo ferramentas de criação e expressão. Nesse sentido, Jeudy e Jacques (2006) asseveram que

As intervenções contemporâneas sobre os territórios culturais, as que são planejadas (ao contrário das ruses e apropriações inesperadas do espaço urbano) parecem cada vez mais desprovidas de corporalidade ou sem consistência. Obedecem a um ritmo de produção de exibicionismo cultural promovido pelas cidades. Como se transformam então as relações entre urbanismo e corpo, entre imagem e corpo, e entre o corpo urbano e o corpo do cidadão? A experiência corporal da cidade é o exato oposto da imagem urbana fixada por um logotipo publicitário. Pois uma experiência corporal singular não se deixaria reduzir a uma simples imagem de marca. Essa experiência da cidade feita pelo cidadão lhe dá um corpo, às vezes imaginário, um outro corpo “urbano” que se move de maneira enigmática conforme a superabundância dos cenários (Jeudy e Jacques 2006, 9).

⁹ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=uwJKAhyH5sw&list=RDuwJKAhyH5sw&start_radio=1&t=587s&ab_channel=DimasStephan

¹⁰ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=mEMJdNh5yVs&list=RDmEMJdNh5yVs&start_radio=1&t=239s&ab_channel=Azimagi

¹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q9eYh4WsHZw&ab_channel=Jo%C3%A3ovictorFouraux

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/@inconsistenciaskateboard7757>

Figura 11. Skatista utilizando o palco da Praça Antônio Carlos para realização de uma manobra



Fonte: Acervo Associação Juizforana de Skate

Dessa forma, as apropriações realizadas pelos/as skatistas na Praça Antônio Carlos exemplificam a produção de um corpo urbano ativo e sensível, capaz de transformar elementos da cidade em ferramentas de expressão para a prática do skate. A tensão entre estes usos espontâneos e controlados evidencia as diferentes formas de apropriação e habitação do espaço urbano, estabelecendo um contexto em que as transformações futuras, como a remoção da *miniramp* e a requalificação do espaço da Praça Antônio Carlos, suscitam questões latentes a presença dos/as skatistas neste espaço.

Requalificação da Praça Antônio Carlos (2022 - 2023)

Apesar de a Praça Antônio Carlos - assim como a pista de skate nela construída - ter permanecido por anos sem reformas ou manutenção adequadas, o espaço já se encontrava consolidado, desde 2002, como referência na memória coletiva e na prática do skate em Juiz de Fora - assim como foi o *pico* do “Normal” na década de 1990.

Em 2020, entretanto, a Prefeitura de Juiz de Fora instituiu um concurso público nacional destinado à seleção do melhor projeto arquitetônico e urbanístico para a chamada “requalificação do Espaço Mascarenhas” (Juiz de Fora 2020, 1), abrangendo a reforma da Praça Antônio Carlos, Mercado Municipal e Biblioteca Murilo Mendes. O edital reconhece a relevância da multifuncionalidade da praça no cotidiano da cidade, enfatizando o seu papel como

(...) equipamento fundamental para a promoção de políticas culturais, da economia criativa e da agricultura familiar. A praça abriga diversos eventos que fazem parte do calendário oficial do

Município, sendo os principais: o Rainbow Fest (Orgulho Gay), Carnaval, com apresentação de blocos e shows e a Semana da Consciência Negra. A praça abriga também a feira itinerante noturna de produtos agrícolas, realizada toda quarta-feira, com a disposição de 144 barracas, para atuação de mais de 50 feirantes. (Juiz de Fora 2020, 29)

O documento apresenta a praça como um espaço estratégico para a “economia criativa” e para promoção de políticas culturais, voltado ao consumo, turismo e à realização de grandes eventos. Tal enquadramento reafirma sua centralidade dentro da dinâmica urbana de Juiz de Fora, ao mesmo tempo em que evidencia como as políticas de requalificação operam sob lógicas que privilegiam a mercantilização do espaço público em detrimento aos seus usos cotidianos. A própria denominação de transformar o “Espaço Mascarenhas” em um polo cultural atua como mecanismo de obscurecimento ou secundarização de significados e usos que divergem da narrativa hegemônica - dinâmica análoga à identificada por Daniela Palma (2010)¹³ no caso da reforma da Praça Roosevelt, em São Paulo, e por Giancarlo Machado (2021)¹⁴, no caso do “Beco do Valadão”, também em São Paulo.

Nesse horizonte, a proposta de requalificação declara como objetivo

[...] estruturar e potencializar esse espaço e seus usos, de modo a comportar novas formas de apropriação, criando múltiplas possibilidades. A intervenção na praça deve promover a adequação do desenho urbano, harmonizando-a com as preexistências e preparando a praça para eventos, shows, espetáculos de caráter esporádicos e outros tipos de permanência cotidiana (Juiz de Fora 2020, 29)

Apesar do discurso de pluralidade, o texto explicita uma concepção de uso que privilegia apropriações associadas ao consumo e à circulação de grandes públicos, relegando em segundo plano - ou a plano nenhum - práticas e grupos que sustentaram a vitalidade da praça nas últimas décadas. De acordo com o documento,

A pista de skate deve ser mantida no programa, podendo ter sua localização revista. Por ser a primeira pista de skate instalada na cidade, a partir da movimentação de praticantes do esporte, é de grande importância cultural e social mantê-la dentro daquele perímetro (Juiz de Fora 2020, 30)

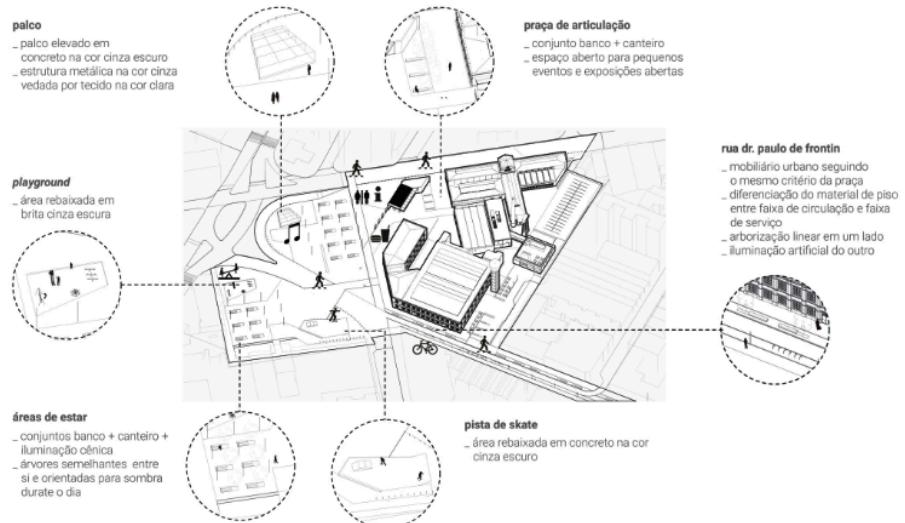
A formulação, à primeira vista, reconhece a relevância histórica e cultural da pista de skate, associada à mobilização dos/as próprios/as skatistas para a sua construção. Todavia, ao condicionar a sua preservação à possibilidade de realocação, o texto reflete uma incerteza quanto à efetiva permanência da pista na praça. A ausência de especificações sobre o local para o qual a pista poderia ser realocada ou mesmo o prazo para sua implementação revela que o reconhecimento atribuído ao skate é, em grande medida, retórico.

¹³ Para mais informações, acessar: Palma, Daniela. 2010. *A praça dos sentidos: comunicação, imaginário social e espaço urbano*. Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.27.2010.tde-05112010-110435>.

¹⁴ Para mais informações, acessar: Machado, Giancarlo Marques Carraro. 2021. “Os Enquadramentos Da Citadinidade: Sobre Os Impactos Da prática Do Skate De Rua Na Cidade De São Paulo”. *Revista De Antropologia* 64 (3): e189652. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189652>.

Nesse sentido, reforça-se a análise de Leonardo Brandão (2014), que alerta para o risco de reduzir o skate à categoria de esporte, sem uma reflexão crítica, pois isso implica desconsiderar “outras formas de concepção dessa atividade, as tensões sociais que seu uso no espaço urbano gerou, os processos de estigmatização e as muitas lutas que existiram em seu interior.” (204).

Figura 12. Projeto do Austral Studio com a possível localização da pista de skate na Praça Antônio Carlos.



Fonte: Austral Studio. *Fábrica Mascarenhas - Projeto premiado em 1º lugar*. 2020.
<https://australstudio.com/fabrica-mascarenhas/>

Resta, portanto, uma reflexão crítica: de que maneira práticas culturais historicamente enraizadas, como o skate, podem sobreviver frente a projetos de requalificação pautados por interesses econômicos e turísticos? Como se dá a tensão entre memória coletiva e planejamento urbano formal quando se tratam de usos culturais não regulamentados? Até que ponto o valor simbólico de uma prática cultural é reconhecido ou ignorado nos processos de reconfiguração do espaço público?

Em 25 de novembro de 2020 o projeto vencedor¹⁵ foi oficialmente homologado pela Prefeitura de Juiz de Fora, com autoria de Henrique Wosiack Zulian. Em 16 de dezembro do mesmo ano, o contrato de prestação de serviços¹⁶ foi formalizado. No site do Austral Studio - escritório de arquitetura fundado e dirigido por Zulian -, registra-se que, conforme concebido pelo arquiteto e sua equipe, a pista de skate seria transferida para uma área adjacente à Praça Antônio Carlos, conhecida

¹⁵ Parte do projeto pode ser consultada no site: <https://concursosdeprojeto.org/2020/12/01/premiados-concurso-fabrica-mascarenhas-juiz-de-fora-mg/>. Vale destacar que, após a divulgação do vencedor, o site oficial do concurso da Prefeitura de Juiz de Fora deixou de estar acessível.

¹⁶ Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/transparencia/contratos/integra/2021/abril/adm_direta/pdf/01.2020.201.pdf

como “Praça do Canhão”. Entretanto, por tratar-se de um terreno sob administração do Exército Brasileiro, vinculado ao prédio do 4º Depósito de Suprimentos (4º DUSP), sob administração militar desde 1931, o uso do local para a construção da pista mostrou-se inviável.

Entre o final de 2021 e início de 2022, a AJS - desativada que ao momento encontrava-se desativada - retomou suas atividades com um desafio imediato: a iminente demolição da pista de skate da Praça Antônio Carlos. A incerteza quanto ao futuro da *miniramp* mobilizou antigos e novos membros da associação, que se manifestaram publicamente acerca do impasse com a Prefeitura de Juiz de Fora. Tal impasse não se restringia à permanência ou não da *miniramp* na Praça Antônio Carlos, mas revela um processo mais amplo de exclusão do skate no espaço da praça.

Durante mais de duas décadas, a prática do skate havia sido parte cotidiana do local, mas, com a reforma, permanecia em aberto a questão, se a praça continuaria a configurar-se como um ambiente assegurado para essa e outras manifestações culturais. Em entrevista concedida ao jornal *Tribuna de Minas*¹⁷, Brunner, membro do Conselho Fiscal da Associação Juizforana de Skate, expressou sua indignação diante da exclusão da *miniramp* do projeto de reforma da praça:

A gente esperava que teria outra ‘miniramp’ no projeto, mas não. A Prefeitura está sinalizando que retirou a rampa do projeto. Não vai ter nem mais na Praça do Canhão. É um absurdo. Um projeto de milhões, não tem R\$20 mil para manter um miniramp histórico no Centro? O governo sinaliza que vai fazer uma pista sabe-se lá quando, não temos nenhuma garantia. (Tribuna de Minas 2022)

A insatisfação também foi reiterada por Nicole Costa Faria, presidente da AJS à época, que denunciou a negligência do poder público em relação à comunidade de skatistas da cidade:

Nos diálogos com a PJF, estamos ainda na fase de pensar possibilidades, o que também é preocupante, tendo em vista a iminência das reformas. Reafirmamos que a miniramp da Praça Antônio Carlos é um marco pro skate juiz-forano, e lamentamos a demolição. É um absurdo que o projeto de reforma da praça tenha desconsiderado em absoluto várias atividades que ali acontecem, não somente o skate, mas atividades culturais, de maneira geral. Parece que a Praça Antônio foi entendida como um lugar vazio, ignorando-se a presença de atividades e grupos diversos (Tribuna de Minas 2022)

Nesse contexto, as primeiras interlocuções estabelecidas entre a AJS e a PJF orientaram-se pela tentativa de reformulação do projeto, com o intuito de evitar a eliminação da pista de skate e de reafirmar a relevância histórica do espaço para a cultura do skate em Juiz de Fora.

Henrique Zulian, arquiteto responsável pelo projeto de requalificação, afirmou, em entrevista ao *Tribuna de Minas*¹⁸, que a inviabilidade de realocar a pista para a “Praça do Canhão” somente lhe foi comunicada após a assinatura do contrato:

¹⁷ Disponível em:

https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/14-04-2022/revitalizacao-da-praca-antonio-carlos-preve-retirada-da-pista-de-skate.html#goog_rewinded

¹⁸ Disponível em:

<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/24-06-2022/primeira-pista-de-skate-de-jf-sera-demolida-pela-prefeitura.html>

No edital, eles pediam para liberar a Praça Antônio Carlos para eventos, shows, feiras, por isso, realizei essa realocação da pista de skate para Praça do Canhão. Agora, na parte de execução do projeto, esse segundo espaço não foi previsto. Eu apresentei o projeto, ele venceu o edital, mas até a execução, ele é podado, reformulado, pelos órgãos responsáveis da Prefeitura. (Tribuna de Minas 2022)

A declaração de Zulian revela uma inflexão significativa na compreensão da Praça Antônio Carlos, concebida prioritariamente como palco para grandes eventos, enquanto sua dimensão como espaço público cotidiana é subvertida em favor de usos orientados ao consumo e ao espetáculo. Sob a perspectiva de Harvey (2014), esse projeto de requalificação faz parte de uma lógica em que o capital e planejamento urbano subordinam espaços públicos às demandas mercantis, restringindo práticas culturais e impondo modos de circulação que priorizam fluxos econômicos. Nesse cenário, apropriações históricas, simbólicas e afetivas - como a do skate - tornam-se marginais, deslocadas para além do projeto oficial, evidenciando a tensão entre o espaço da cidade pensado como palco de consumo e a cidade vivida pelos cidadãos, cujas práticas e experiências resistem à mercantilização e desafiam à imposição do planejamento urbano.

Assim, diante da inviabilidade de transferir a pista de skate para a “Praça do Canhão”, a notícia foi recebida, tanto pela diretoria da AJS, quanto pela comunidade de skatistas da cidade, não apenas como uma confirmação da destruição da pista de skate, mas como a perda de um patrimônio histórico do skate juizforano. Sobre o processo de negociação com a PFJ, Nicole Costa Faria declarou que:

Antes da aprovação do projeto executivo nós já demandamos a Prefeitura sobre a permanência da pista. Eles criaram um grupo de trabalho para discutir o desenho arquitetônico. Dava tempo de mudar, mas eles não quiseram. Da nossa parte, nós tentamos tudo o que foi possível, mas já não há mais espaço para discussão. A pista vai ser demolida e ponto. O que temos avaliado agora é a promessa da construção de uma nova rampa, também na região central da cidade. (Tribuna de Minas 2022)

Com o objetivo de impedir a destruição da pista de skate, foi criado, por um grupo de skatistas de Juiz de Fora, o movimento “*Salve a PAC*”. Para tanto, foram desenvolvidas algumas estratégias de mobilização, incluindo uma página no *Instagram*¹⁹, destinada à divulgação de notícias sobre a destruição e registros fotográficos que reforçassem a centralidade e importância da pista para a cultura do skate juizforano. Adicionalmente, foi lançada uma petição *online*²⁰, que reuniu mais de mil assinaturas, como forma de protesto e tentativas de encaminhamento da demanda junto ao poder público. Contudo, apesar das ações de resistência pela comunidade do skate da cidade, em 22 de julho de 2022, a pista de skate da Praça Antônio Carlos foi demolida, sem garantia de ser

¹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/salveapac/>

²⁰ Disponível em:

https://peticaopublica.com.br/?pi=BR124264&fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAadfocfWSqG36rnWvtj4ChVUJBkIhxutQY-Izw6umX2k_E3JJmfd_uMUEvD_A_aem_lONH8jkGmDc5Jra8whPAeQ

reconstruída. Assim, de um dia para o outro, mais de duas décadas de história do skate foram transformadas em escombros.

E agora, onde é o rolê?

No dia 17 de julho de 2023, cerca de um ano após o início das obras, a Praça Antônio Carlos foi reinaugurada em um evento promovido pela PJF. Na ocasião a prefeita Margarida Salomão (PT) destacou a intenção de revitalização do espaço:

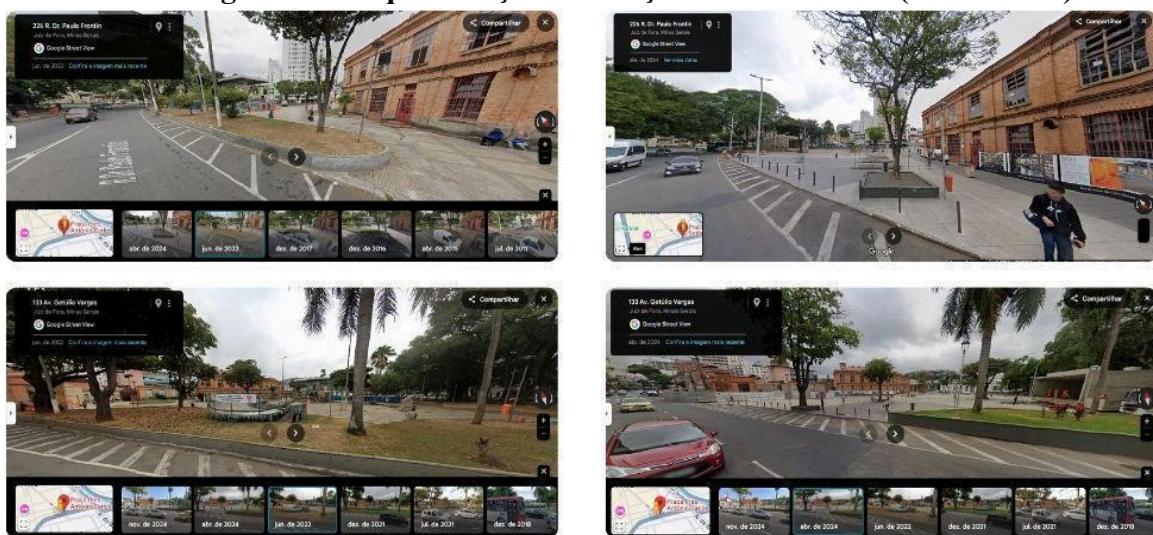
Aqui vamos ter uma rica vida cultural, lugar de grandes manifestações políticas, da feira noturna. Mas para quem gostou da feira na Praça da Estação, também a teremos lá nas sextas-feiras. Assim que nós queremos nossa cidade, fervendo, cheia de alegria, cheia de vida. (Tribuna de Minas, 2023)

A requalificação da Praça Antônio Carlos insere-se em um processo de gentrificação, compreendido como a implementação de melhorias físicas e materiais, bem como transformações imateriais - econômicas, sociais e culturais - que elevam o *status* de centros urbanos (Bataller 2000). Este fenômeno é frequentemente caracterizado pela ocupação do centro da cidade por segmentos de classe média de maior renda, implicando o deslocamento ou marginalização de populações historicamente residentes e de menor poder aquisitivo (Bataller 2000). Conforme assinala Rogério Proença Leite (2007)

[...] embora o argumento fundamental que justifica as atuais políticas de gentrificação continue se baseando na idéia de tradição, pressupõe uma retomada de patrimônio nacional acrescida de uma concepção mercadológica. Implica que a racionalidade da preservação tem seu foco direcionado para as práticas que podem agregar valor aos bens culturais no sentido de possibilitarem uma rentabilidade dos investimentos aplicados acrescidos dos lucros potenciais que o bem restaurado pode propiciar. (Leite 2007, 65)

Consequentemente, políticas de valorização de áreas historicamente dotadas de patrimônio cultural - ditas “revitalizações” e “requalificações” - tendem a gerar impactos adversos sobre a cultural imaterial local, ao excluir pessoas, práticas e grupos que não estão subordinados às demandas do capital.

Figura 13. Requalificação da Praça Antônio Carlos (2022 - 2024)



Fonte: Imagens extraídas do software *Google Maps*

A requalificação da Praça Antônio Carlos, produziu um espaço urbanístico orientado prioritariamente para grandes eventos e para práticas de consumo, direcionando o público a circular e consumir nesse local. Essa configuração evidencia a lógica de valorização econômica típica de processos de gentrificação, em que a estrutura e os equipamentos são pensados sobretudo para atrair o público e consolidar usos comerciais, distanciando o uso cotidiano da praça como um espaço de sociabilidade. De acordo com Machado (2019), materiais como mármore, metal e concreto armado que são favoráveis ao skate são, ao mesmo tempo, expressões daquilo que Sharon Zukin (2000), denominou de “paisagens de poder”²¹.

Mesmo inseridos/as nesse contexto de mercantilização, os/as skatistas continuaram a habitar o espaço cotidianamente, ressignificando bancos, paredes e outros elementos arquitetônicos da praça, mantendo o espaço como ponto de prática, encontro e sociabilidade. Essa tensão evidencia que a praça não se reduz apenas a uma vitrine a céu aberto, mas constituiu-se em um campo de disputas, em que interesses econômicos, culturais e sociais se sobrepõem e se confrontam. A marginalização do skate de rua pode ser compreendida a partir de suas não conformidades às lógicas produtivas dominantes, e, de acordo com Iain Borden (2001), práticas desvinculadas do mercado tendem a ser deslocadas. Entretanto, quando configurado pela ordenação de esporte, o skate é incorporado a dispositivos institucionais que lhe conferem legitimidade social, visibilidade midiática, evidenciando, assim, uma tensão estrutural entre sua dimensão cultural, marcada pela

²¹ Zukin (2000) sugere que as paisagens de poder incorporam uma estética que reflete interesses econômicos e políticos específicos, revelando as limitações e as relações de força presentes na organização das cidades.

apropriação insurgente do espaço urbano, e sua dimensão esportiva, ajustada às normativas de regulação e consumo.

Figura 14. Skatista na Praça Antônio Carlos em 2023



Fonte: Acervo Associação Juizforana de Skate

Mesmo sem a presença de uma pista destinada especificamente à prática do skate, como anteriormente, a Praça Antônio Carlos, após a reforma, mostrou-se propícia à sua incorporação dos/as skatistas no seu espaço. O piso de concreto liso, os bancos de concreto e outros elementos arquitetônicos foram apropriados pelos/as skatistas, que ressignificam o uso e a função do espaço por meio da prática cotidiana. Como enfatizado por Manu Lira em entrevista para o *Tribuna de Minas*²²

Tomara que a gente possa ter a liberdade de praticar aqui. Porque ficou maravilhoso, está no padrão da ‘gringa’. O chão, lisinho assim, só tinha no Rio de Janeiro, São Paulo e também em outros países. E também é um lugar que vai atrair skatistas de outros lugares. (Tribuna de Minas, 2023)

Além disso, Samuel Pires, também em reportagem ao *Tribuna de Minas* enfatiza que

A reforma da praça, pra gente, foi muito boa. Primeiro, porque amplia o acesso à cultura. Para nós jovens, isso acaba sendo muito limitado. Eu também sou artista aqui em Juiz de Fora e estou vendo que vamos poder fazer as batalhas de rima no palco novo. E, como skatista, a ‘pista’ está perfeita. Antes existia a mini ramp, que tinha um valor emocional e tudo, mas ficava em um espaço limitado, agora a gente tem toda a praça pra praticar. (Tribuna de Minas, 2023)

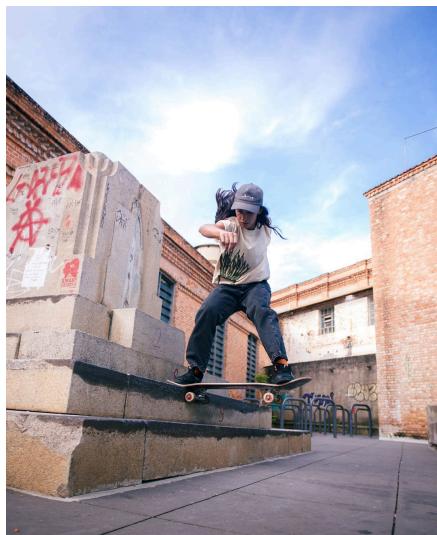
Constata-se, portanto, que, ainda que o projeto arquitetônico da praça não tivesse como objetivo a constituição de um espaço para o skate, condições criadas pela escolha dos materiais - como o concreto armado - que permitiram a continuidade da prática no local, assemelhando-se a

²² Disponível em:

<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/23-06-2023/mesmo-apos-inauguracao-praca-antonio-carlos-tem-obras-por-fazer.html#:~:text=Dentre%20as%20obras%20inacabadas%20est%C3%A3o.pra%C3%A7a%20ultrapassou%20o%20tempo%20previsto.>

equipamentos subvertidos pela prática do skate na rua, trazendo um traço dessa prática urbana para um contexto de uma praça.

Figura 15. Skatista realizando manobra na Praça Antônio Carlos em 2025



Fonte: Instagram. *Matéria na nova @deccsmagazine com a @nicolfsfaria falando um pouco sobre suas realizações e planos.* 2025. https://www.instagram.com/p/DGN1KDPxXyQ/?img_index=1

Entretanto, embora as possibilidades de uso tenham sido ampliadas pela reforma, a apropriação inicial dos/as skatistas no espaço não se deu sem conflitos e tensões. Nas primeiras semanas após a inauguração, a Guarda Municipal de Juiz de Fora, chegou a registrar os/as praticantes em vídeo sob a justificativa de prevenir contra depredações. Tais ações revelam que o espaço público não deve ser concebido como instância neutra, mas como um “espaço de hibridação e excentramento” (Joseph 2005, 119), permanentemente atravessado por interesses múltiplos e disputas de poder.

Apesar das tensões iniciais, a permanência dos/as skatistas pôde ser constatada a partir de registros audiovisuais produzidos após sua requalificação. Produções como “*Bateção*”²³ de Gabriel Vieira, “*Ágoras*”²⁴, do coletivo *Flanantes*, e “*Ecoa*”²⁵, do primeiro coletivo de skate feminino de Juiz de Fora, *VitaMinas Skate Crew*, evidenciam a retomada da centralidade da praça para a prática do skate na cidade. Mesmo sem a pista formal, os/as skatistas ressignificam os elementos arquitetônicos da praça, transformando-os em suporte para manobras e encontros cotidianos. Essa apropriação evidencia que, embora o projeto tenha sido orientado por lógicas de gentrificação,

²³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IlkNE3Df-qk&ab_channel=CanaldoVav%C3%A1

²⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kiv5JnhyE6Q&t=1460s&ab_channel=BlackMediaSkate

²⁵ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=YMVsp4Fe7Gg&list=RDYMVsp4Fe7Gg&start_radio=1&ab_channel=VitaminasColetivodeSkate

ordenamento e consumismo, o uso social e criativo do espaço pelos/as skatistas reafirma a resistência deste grupo frente a projetos de exclusão.

Além disso, eventos como “*Go Skate Day*”, duas edições do “*Corpo Urbano*” e “*Festicidi*” organizados e/ou apoiados pela AJS²⁶ revelam que a apropriação do espaço não se limita ao uso individual, mas se expande para práticas coletivas que reafirmam a centralidade da praça na vida urbana de Juiz de Fora. Esse conjunto de apropriações e usos evidencia que o espaço público não pode ser reduzido a um território controlado exclusivamente por lógicas econômicas e urbanísticas, mas se apresenta como um campo de disputa em que interesses mercadológicos, culturais e sociais se articulam e se tensionam. O skate, enquanto prática e manifestação cultural, torna-se um potente mecanismo de contestação e reapropriação do espaço público, subvertendo o cotidiano, assim como aponta Machado (2021)

À vista disso é possível considerar que as suas manobras, bem como as suas circulações, *repolitizam o cotidiano de uma cidade muitas vezes caracterizada pela sua mercantilização*: elas testam a vigilância de seus espaços, dão visibilidade a diferentes formas de segregação, subvertem normas de acessibilidade, esquivam-se de aparelhos de controle, deixam, pois, em suspensão as fronteiras entre os centros e as periferias. (Machado 2021, 2 - grifos meus)

Essa ambivalência, entretanto, não se restringe ao plano simbólico ou político, mas manifesta-se também na relação entre temporalidade e espacialidade. Conforme Borden (2001),

O capitalismo é uma mistura de produção e especulação, sacrificando alternadamente benefícios sociais de longo prazo em favor de lucros de curto prazo ou necessidades sociais de curto prazo em favor de cronogramas de investimento programados. O tempo de skate, em contraste, é imediato, não mais do que um segundo (movimento único), minuto (corrida), semanas e meses (visitas repetidas) ou alguns anos (atividade individual de um skatista). O tempo de skate também é descontínuo, composto de alguns minutos aqui e ali, espalhados pelo espaço e entre as atividades socialmente programadas de produção e troca. Trata-se de um ritmo alternado dentro do ritmo cíclico regular da cidade. Por exemplo, a longa temporalidade da propriedade, a média temporalidade dos contratos de locação ou a curta temporalidade do parquímetro são todas evitadas pelos skatistas. Enquanto "o espaço econômico subordina o tempo a si mesmo" e "o espaço político o expulsa como ameaçador e perigoso", o skate promove uma recuperação apropriativa do tempo, bem como do espaço. *O skate reafirma o aqui e o agora da arquitetura*. (Borden 2001, 236 - grifos nossos)

No caso da Praça Antônio Carlos, especialmente após a requalificação de 2022-2023, essa tensão se manifesta de maneira mais concreta. O redesenho da praça procurou restituir sua função como espaço de circulação e convívio regulado - sinais de gentrificação -, reforçando lógicas urbanísticas que privilegiam o ordenamento temporal e espacial da vida pública. Contudo, ao ser (re)inscrita no cotidiano dos/as skatistas, a praça passou a ser submetida a um regime temporal alternativo, tal como descrito por Borden (2001). O skate, estruturado em fragmentos de tempo descontínuo e improvisado, desafia a lógica da temporalidade cíclica da cidade - expressa, por

²⁶ Mais informações podem ser encontradas em: <https://www.instagram.com/ajsjuizdefora/>

exemplo, nos contratos de locação comercial, no controle do trânsito ou na regulamentação do estacionamento pago.

Portanto, enquanto o espaço econômico busca subordinar o tempo e o espaço político expulsa-o como elemento ameaçador, o skate, ao se reapropriar da Praça Antônio Carlos, instaura uma experiência do presente que não se ajusta às lógicas institucionais da reforma. A prática reafirma o “aqui e agora” (Borden 2001, 236) da arquitetura da praça, fazendo de seus equipamentos suportes para experimentação estética e corporal. Dessa forma, a apropriação do espaço pelos/as skatistas reconfigura os sentidos da reforma, desestabilizando a temporalidade planejada e instaurando usos que escapam à racionalidade político-econômica que orientou a requalificação de seu espaço.

Considerações finais

A trajetória do skate em Juiz de Fora, particularmente no caso da Praça Antônio Carlos, evidencia como essa prática cultural, e urbana, ultrapassa a dimensão esportiva, configurando-se como um dispositivo de intervenção, apropriação e ressignificação do espaço público. Ao longo das últimas décadas, os/as skatistas transformaram ruas, escadarias, bancos e monumentos em territórios de experimentação, sociabilidade e criação estética, imprimindo sobre a cidade uma memória coletiva que escapa às narrativas oficiais e às regulamentações institucionais. A fundação da Associação Juizforana de Skate (AJS) e a consequente construção da pista de skate na Praça Antônio Carlos simbolizam, ao mesmo tempo, conquistas materiais e reconfigurações simbólicas: parte da insurgência característica do skate de rua é deslocada para espaços regulados, mediando relações entre liberdade e normatização, entre criatividade e disciplina.

No entanto, a resistência permanece na exploração contínua dos elementos arquitetônicos da praça, demonstrando que a prática não se limita à lógica esportiva e mantendo vivos os princípios de transgressão, improviso e reinvenção que sempre definiram o skate de rua. As produções audiovisuais e registros impressos não apenas documentam essas trajetórias, mas também evidenciam como o skate atua como instrumento de leitura e intervenção urbana, permitindo compreender a cidade como um espaço plural, em constante disputa e negociação, onde sentidos, memórias e experiências coexistem.

Dessa forma, o skate em Juiz de Fora revela-se um agente que tensiona os limites entre o planejamento urbano e a ocupação criativa, entre regras institucionais e práticas insurgentes, evidenciando que a vida urbana se vive tanto nos traçados regulamentados quanto nas apropriações

inesperadas. Nesse movimento, a própria cidade passa a funcionar como um verdadeiro ateliê experimental de práticas urbanas, em que cada deslocamento esboça novos modos de convivência, estética e política, lembrando-nos que os espaços públicos não são apenas cenários, mas territórios vivos, moldados pelos corpos que os percorrem e pelas histórias que os atravessam.

Referências Bibliográficas

- Austral Studio Arquitetura. 2020. “Fábrica Mascarenhas”. <https://australstudio.com/fabrica-mascarenhas/>.
- Almeida, Fabiana Aparecida. *Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através de manifestações populares na década de 1980*. 2012. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1619>
- Barros, Cleyton Souza. 2008. “Eletricidade como elemento de modernização em Juiz de Fora (1889–1915).” *HEERA - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* 3, no. 5 (jul.–dez.). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26586>
- Brandão, Leonardo. 2014. *Para além do esporte: uma história do skate no Brasil*. Blumenau: Edifurb.
- Bataller, A. S. “El Estudio de la Gentrificación.” *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, no. 228 (2000). Universidad de Barcelona.
- Borden, Iain. 2001. *Skateboarding, Space and the City: Architecture and the Body*. Oxford: Berg.
- Caldeira, Junia Marques. *A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade*. 2007. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1605900>.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio. "Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo." *Novos Estudos CEBRAP* 94 (2012): 31–67. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000300002>
- Chiu, Chihsin, and Christopher Giamarino. “Creativity, Conviviality, and Civil Society in Neoliberalizing Public Space: Changing Politics and Discourses in Skateboarder Activism from New York City to Los Angeles.” *Journal of Sport & Social Issues* 43, no. 6 (2019): 491–516. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/019372351984221>.
- Floriano, Mariana. “Primeira pista de skate de JF será demolida pela Prefeitura: edital de requalificação da Praça Antônio Carlos prezava permanência da pista; PJF promete nova rampa até o final do ano”, *Tribuna de Minas*, 23 de junho de 2023, Cidade.

Goodwin Jr., James William. "A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1850–1888)." *Locus: Revista de História* 3, no. 1 (1997): 116–131. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20444/10863>.

Gravagnuolo, Benedetto. 1998. *Historia del urbanismo en Europa 1750–1960*. Trad. Juan Calatrava. Madrid: Akal.

Harvey, David. 2014. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Traduzido por Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins.

Joseph, Isaac. 2005. "A respeito do bom uso da Escola de Chicago." Em *A Escola de Chicago: impacto e tradição no Brasil e na França*, organizado por Lícia do Prado Valladares, 93–128. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ.

Jeudy, Henri-Pierre, e Paola Berenstein Jacques. 2006. "Introdução." Em *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*, organizado por Henri-Pierre Jeudy e Paola Berenstein Jacques, 11–18. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA.

Leite, Aline Gouvêa. *História, sociedade, planejamento urbano e suas configurações e vivências na espacialidade pública de Juiz de Fora*. 2008. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, MG.

Leite, Rogério Proença. 2007. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas/São Cristóvão: UNICAMP/UFS.

Lefebvre, Henri. 2006. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora da UFMG.

Machado, Giancarlo Marques Carraro. *De "carrinho" pela cidade: a prática do street skate em São Paulo*. 2011. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <http://www.teses.usbr/teses/disponiveis/8/8134/tde-05062012-160404/>.

_____. 2017. *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da citadinidade*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-26032018-122700>.

_____. "Os enquadramentos da citadinidade: sobre os impactos da prática do skate de rua na cidade de São Paulo". *Revista De Antropologia* 64, no. 3 (2021): e189652. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189652>.

Palma, Daniela. 2010. *A praça dos sentidos: comunicação, imaginário social e espaço urbano*. Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Pesavento, Sandra Jatahy. 2004. “A vitória de Antígona sob o signo de Babel, a cidade brasileira dessacralizada.” Em *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*, organizado por Sandra Jatahy Pesavento, 167. Bauru, SP: EDUSC.

Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. 2020. *Edital nº 01/2020 – SEDETA. Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo para seleção da melhor proposta para o Projeto Arquitetônico e Urbanístico da Requalificação do Espaço Mascarenhas – Concurso Fábrica Mascarenhas*. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/anexos/sedeta_184546.pdf.

Salles, Renato. 2022. “Revitalização da Praça Antônio Carlos prevê retirada da pista de skate: Edital para selecionar empresa responsável pela obra, estimada em R\$ 5,6 milhões, foi lançado esta semana pela PJF; entre as mudanças estão o reposicionamento do palco, a construção de banheiros públicos, maior área verde e exposições de artistas.” *Tribuna de Minas*, 14 de abril de 2022. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/14-04-2022/revitalizacao-da-praca-antonio-carlos-preve-retirada-da-pista-de-skate.html>.

Santos, Otávio Augusto Alves dos. 2020. *A fragmentação do espaço no Recife*. 1. ed. Recife: EDUFRPE.

Vainer, Carlos B. 2000. “Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.” Em *A cidade do pensamento único: Desmantelando consensos*. 75-104. Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato, orgs. Petrópolis, RJ: Vozes.

Zarka, Raphaël. 2011. *On a day with no waves: a chronicle of skateboarding 1779-2009*. Paris: Éditions B42.

Zukin, Sharon. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder.” Em *O espaço da diferença* 80-103. Antonio Arantes, org. Campinas: Papirus, 2000.